



CÂMARA MUNICIPAL DE

**Pacatuba**

JUNTOS PARA AVANÇAR

**PROJETO DE LEI Nº 11.02.0012/2025, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.**

CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE  
PROJETO DE LEI PROTOCOLADO  
EM: 11/02/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE  
APROVADO EM: 18/02/2025

John Wesley Moura de Oliveira  
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE

Francisco Ayrton Patrício  
Diretor Geral

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE CONDENADOS PELA LEI FEDERAL Nº 11.304/06 – LEI MARIA DA PENHA, POR PARTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, BEM COMO IMPEDE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º.** Fica vedada a nomeação, no âmbito da administração pública direta ou indireta, para todos os cargos de comissão de livre nomeação e exoneração, ou de provimento efetivo mediante concurso público, ou seleção simplificada, de pessoas que tiverem sido condenadas nos termos previstos pela Lei Federal nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha.

**Art. 2º.** A vedação inicia-se com a condenação em decisão transitada em julgado e permanece até o comprovado cumprimento da pena.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

**PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA/CE, aos dias 11 de fevereiro de 2025.**

  
**JOHN WESLEY MOURA DE OLIVEIRA**  
Vereador/Requerente





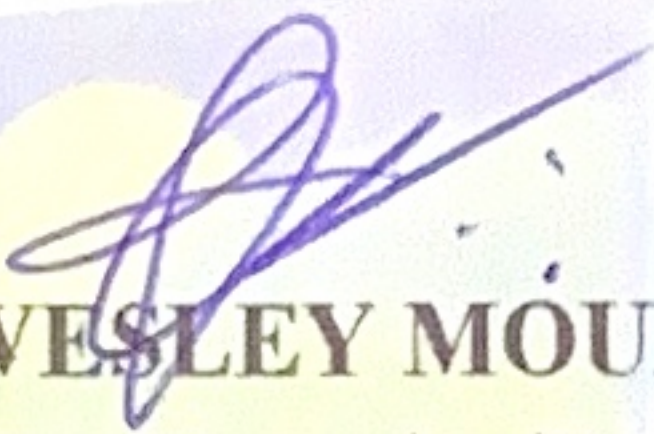
CÂMARA MUNICIPAL DE

**Pacatuba**

JUNTOS PARA AVANÇAR

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei busca reforçar o compromisso do Poder Público Municipal com a promoção da integridade, da ética e do respeito aos direitos humanos, especialmente no que tange à proteção das mulheres contra a violência. Ao vedar a nomeação de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha para cargos públicos, o município reafirma sua postura de intolerância à violência doméstica e familiar, contribuindo para a construção de um ambiente administrativo seguro e digno para todos. Além disso, a medida visa preservar a credibilidade das instituições públicas, garantindo que os ocupantes de cargos públicos possuam conduta compatível com os princípios da moralidade e idoneidade exigidos pela função pública.



**JOHN WESLEY MOURA DE OLIVEIRA**

Vereador/Requerente